



NOTAS SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO INDUSTRIAL PAULISTA: ANTECEDENTES, PROCESSOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

NOTES ABOUT THE INDUSTRIAL SPACE FROM THE STATE OF SÃO PAULO: RECORDS, PROCESSES AND BIBLIOGRAPHIC REVISION.

Cloves Alexandre de Castro

Doutor em Geografia pela Unicamp. Professor de Geografia na EMEF Ary Parreiras, na cidade de São Paulo. Endereço: Rua Francisco Hurtado, 55 apto-102-A, Água Funda – São Paulo-SP – CEP: 04156-040 – TEL: (11)2597-6264
e-mail: clovesacastro@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho é resultado de intensa pesquisa bibliográfica acerca das origens do processo de industrialização brasileira que teve o território do estado de São Paulo como locus precursor e irradiador a partir das atividades associadas ao que Celso Furtado chamou de complexo cafeeiro. Nosso objetivo é contribuir com o debate apresentando abordagens de diversos estudos sobre o tema em tela por meio da produção de geógrafos, historiadores, economistas e sociólogos.

Palavras-chave: Pacto colonial; complexo cafeeiro; industrialização; urbanização.

Abstract: This work is an outcome of intense bibliographic research about the origins of the Brazilian Industrialization process which had the State of São Paulo's territory as a precursor locus and as an irradiating locus as well, based on the activities associated to what Celso Furtado called coffee complex. We aim to contribute for the debate presenting observations from various studies on this subject through the geographers, historians, economists and sociologists' production.

Keywords: Colonial pact, coffee complex, industrialization, urbanization.

Estudar a memória do Estado de São Paulo por meio dos eventos que caracterizaram e viabilizaram sua transformação na segunda maior metrópole da América Latina nos remete, de forma sucinta, aos antecedentes, às contradições e aos conflitos cujo desenrolar possibilitou a construção da realidade atual, caracterizada pela contradição entre o elevado produto interno bruto e a vexatória desigualdade de renda e de acesso aos usos dos resultados dos trabalhos socialmente produzidos.

No caso da industrialização paulista, ponto de partida para compreender a industrialização brasileira, apesar de insuficiente para a explicação da complexidade dessa

atividade nas particularidades do território nacional, não poderia ser diferente, pois sua espacialidade, temporalidade, características e especificidades foram construídas a partir de ações e eventos externos e internos, os quais antecedem, em pelo menos dois séculos, o período abordado pela nossa reflexão.

Antônio Cândido em sua *Formação da Literatura Brasileira* sugere aos estudiosos e interessados em compreender o Brasil que, inicialmente, se reportem aos “demiurgos” (fundadores) do Brasil através das obras *Casa Grande Senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil Contemporâneo e História Econômica do Brasil*, de Caio Prado Jr. – referências obrigatórias e fundamentais para melhor se compreenderem os diversos vieses de interpretações do Brasil produzidos ao longo do século XX.

A inclusão de *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado, *A integração do negro na sociedade de classes*, de Florestan Fernandes, *Os donos do poder*, de Raimundo Faoro, e a do próprio Antônio Cândido naquele grupo ampliaria o cânone pela inédita abordagem e rigores de suas obras, além dos autores terem sido contemporâneos e interlocutores dos três primeiros autores.

Caio Prado Jr. parte dos “sentidos da colonização” para compreender o país que existia e se formava no início dos anos de 1940. Para ele, autor da primeira interpretação marxista da história do Brasil, as condições estruturais de que o país dispunha e as dificuldades políticas econômicas e culturais para superá-las têm suas explicações em nosso passado colonial.

Em linha semelhante, Fernando Novaes em *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808* desnuda de forma didática a estrutura do antigo sistema colonial e deixa às claras o sentido profundo (fundamental em Caio Prado) das colônias para suas metrópoles: garantir condições para que estas mantivessem suas balanças comerciais favoráveis, principalmente por meio das pilhagens e explorações de todas as ordens sobre aquelas. Dessa forma, obtiveram recursos que, posteriormente, lhes permitiram sair à frente no processo de industrialização.

O leitor atento percebe, tanto em Caio Prado como em Celso Furtado e Novaes, o significado do tratado de Methuen (também conhecido como tratado dos panos e vinhos), o qual influenciou no atraso do desenvolvimento industrial de Portugal e, conseqüentemente, no da sua maior colônia. Nesse tratado, a Inglaterra passava a consumir exclusivamente os vinhos portugueses, enquanto Portugal daria preferência aos panos ingleses.

O acordo custou à Coroa lusitana o atraso de quase um século nas suas revoluções política e industrial e pesou nos entraves impostos à sua Colônia no continente americano,

como, por exemplo, no Alvará de 1785 instituído pela rainha de Portugal, D. Maria I, o qual ordenava o fechamento de todas as fábricas, manufaturas e teares existentes nos limites territoriais do Brasil.

Os conflitos pela hegemonia mundial entre França e Inglaterra e a expansão territorial francesa sobre Espanha e Portugal desencadearam nas chamadas Guerras Napoleônicas e aceleraram os processos de crise da colonização espanhola e portuguesa na América. O modelo de colonização português desmoronou, no Brasil, com a chegada da família real em 1808 e com a imediata abertura dos portos às “nações amigas”.

No bojo das reformulações, promovidas pela instalação da Corte portuguesa no Brasil, ocorreu a revogação do alvará que impedia o funcionamento de fábricas e manufaturas na Colônia, estabelecendo-se o fim do “Exclusivo Metropolitano do Comércio Colonial”, mecanismo que dava privilégios comerciais à metrópole nos trezentos anos de colonização (NOVAES, 1978).

O século XIX foi de grandes transformações para o país que, em menos de um século, deixou para trás a condição de Colônia, de sociedade escravista e Império, incluindo-se assim, mesmo que de forma dependente, mas diferente do período anterior, no sistema capitalista de produção.

O processo de independência do Brasil, consolidado até o fim do Primeiro Reinado (1822-1831), e as pressões inglesas em busca de mercados para suas produções industriais contribuíram para as importantes mudanças estruturais que o país viveu no decorrer do século.

Em 1827, foi renovado o tratado de 1810 (assinado, portanto, durante a fase de permanência da família real portuguesa no Brasil) o qual privilegiava a Inglaterra com tarifas especiais nos portos brasileiros. Nele constava uma quase imperceptível cláusula, segundo a qual o país deveria acabar gradativamente com o trabalho escravo. Entretanto, o Estado brasileiro só tomou providências concretas nesse sentido anos depois, diante das ameaças de interceptação de navios negreiros brasileiros, impostas pela marinha britânica a partir da lei Bill Aberdeen em 1845.

Naquele momento, a cultura cafeeira já se consolidava como a principal atividade econômica do país e as transformações que se davam no mundo do trabalho estavam impreterivelmente ligadas ao que Celso Furtado chamou de complexo cafeeiro.

Diante da iminência do fim da escravidão, o Senado brasileiro votou, em 1850, a Lei de Terras e, a partir daquele momento, a posse de terra no país se concretizaria por meio de compra. Na interpretação de José de Souza Martins, em *O cativo da Terra*, no país onde o trabalho era cativo a terra podia ser livre, pois a riqueza não era mensurada pela

extensão de terra sobre os domínios dos senhores, e sim pela quantidade de cativos a seus serviços. O fim do tráfico negreiro apressou, embora não o tenha determinado, a adoção do trabalho livre, fazendo com que a terra logo se tornasse cativa e adquirisse o status de capital.

A condenação do trabalho escravo suscitou outro debate, também de caráter estrutural: o da mão-de-obra. Parte da elite econômica e imperial considerava que o negro não se prestaria ao trabalho assalariado depois de tantos anos de trabalho em cativo. A solução para a substituição da mão-de-obra escrava veio com as políticas de imigração, consolidadas depois de algumas experiências e ajustes a partir da década de quarenta do século XIX.

Entre os vários grupos, o Estado brasileiro recebeu italianos, portugueses, alemães e, em seguida, os japoneses. Boa parte dos italianos desembarcou em São Paulo e foram encaminhados para as plantações de café. Posteriormente, foram aproveitados nas fábricas na capital paulista porque já haviam passado pela experiência operária na Itália. A imigração para eles era a perspectiva de conseguir a posse da terra em outro lugar. Anos mais tarde, contribuíram para o início do movimento operário paulistano, com fortes influências anarquistas.

Finalmente, no final da década de 1880, caiu o último e mais doloroso resíduo da colonização. Simultaneamente à abolição da escravatura, o Império também conhecia seus últimos momentos. A proclamação da República encerrou quase quatrocentos anos de dominação da corte de Bragança no Brasil e representou a consolidação do Estado brasileiro (FERNANDES, 1974).

Essa breve retrospectiva foi necessária para que se perceba a importância de tais acontecimentos na formação do parque industrial paulista, nas últimas décadas do século XIX, e para destacar a necessidade de considerar os desenvolvimentos sociais a partir da inserção desigual das ex-sociedades coloniais na economia de mercado – em função, sobretudo, como nos mostram Caio Prado e Fernando Novaes, do passado colonial.

Cabe, agora, situar os principais acontecimentos do século XIX e seus papéis fundamentais na constituição do processo de industrialização paulista.

Podemos afirmar que todos os estudiosos que se debruçaram sobre o tema consideraram o complexo cafeeiro, a imigração, a abolição da escravatura e a proclamação da República como eventos precursores da industrialização brasileira que, diante de um conjunto de fatores (econômicos, políticos e estruturais), se deram inicialmente no estado de São Paulo.

O estudo de Nícia Vilela (1961) traz à luz conflitos que permearam o processo de industrialização, desde a chegada da família real até o fim da Primeira República. Para tanto, a autora analisa a superação do mercantilismo colonial, e o despertar da indústria nacional entre os anos de 1870 e 1890. Elenca, também, alguns aspectos do nacionalismo brasileiro e as reivindicações industrialistas sob a Primeira República, fontes do forte viés patrimonialista característico das classes hegemônicas brasileiras oriundas do período colonial e presente até os nossos dias atuais. Para a autora, a primeira tentativa de industrialização do Brasil ocorreu em 1808, sob a tutela do Estado, quando a colônia começa a se desvencilhar do regime colonial por meio de eventos da política internacional, os quais refletiram diretamente no Brasil por meio do fim do pacto colonial e da revogação do alvará que proibiu manufaturas nos domínios portugueses. O caráter nacionalista do movimento industrialista seria uma resposta à necessidade de restabelecer o equilíbrio da balança de pagamentos.

Para Raimundo Faoro, em *Os donos do poder*, o liberalismo político se harmonizara com os interesses dos senhores de terras, defensores do federalismo e da descentralização. A indústria possível passou a ser aquela que se articulava e era compatível com o complexo do café e com a predominância política do Sul do país. Nesse sentido, o antagonismo entre uma suposta burguesia industrial, uma burguesia agrária e outra comercial estaria menos presente do que algumas análises costumam mostrar¹.

Segundo outros autores, a crise que afetava o setor cafeeiro no final do século XIX possibilitou investimentos oriundos do capital cafeeiro na instalação de novas unidades industriais e de casas de importações. Warren Dean (1991) considera essas casas de importações as origens econômicas e sociais do empresariado brasileiro e salienta que as atividades do complexo cafeeiro, das indústrias e das casas importadoras eram, muitas vezes, realizadas concomitantemente pelos mesmos agentes sociais, e tiveram suas origens na acumulação cafeeira e na propriedade da terra.

Para compreender o processo de industrialização paulista, ponto de partida para a industrialização brasileira, José de Souza Martins parte da análise da produção capitalista e das relações não capitalistas de produção (o regime de colonato nas fazendas de café) para chegar à influência exercida pela economia cafeeira na industrialização e formação da classe operária em São Paulo. Segundo ele, a liberação do capital, resultante da libertação do escravo e da transformação das relações de produção, produziu, como consequência, um tipo de pessoa com visão empresarial, capaz de assumir a racionalidade daquele capital

¹ Ver BOITO Jr., Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

e se dedicar, então, ao desenvolvimento da atividade industrial². Nesses termos, a liberação da mão de obra escrava também deve ser entendida como a libertação dos barões do café de suas responsabilidades de manutenção e reprodução de suas “peças”.

Tal como anteriormente afirmamos, há consenso quanto ao papel decisivo que o complexo cafeeiro exerceu na dinâmica da urbanização de São Paulo e na economia brasileira. Ele permitiu, por exemplo, a criação de um considerável mercado interno consumidor de diversos manufaturados importados. Para Dean, esse mercado centralizava as atividades das casas importadoras, que logo passaram também a investir na produção de similares dos até então importados para o abastecimento da demanda interna e, conseqüentemente, aceleraram e diversificaram o processo de industrialização.

Dean, que vê a industrialização brasileira como resultado do processo de industrialização por substituição de importações, ainda destaca que a familiaridade dos comerciantes importadores com o mercado consumidor de manufaturados e com produtos industriais abriu as portas para que produzissem, eles próprios, as mercadorias que mandavam buscar no exterior.

Essa tendência de análise da industrialização brasileira se contrapõe a outra que, mesmo estando no campo dos defensores da industrialização por substituição de exportações, considera a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a principal causa do aumento da produção industrial brasileira. Entre os tributários do pensamento de que o conflito mundial influiu de forma decisiva no processo de industrialização brasileira estão Roberto Simonsen (1973) e Antônio Barros de Castro (1971). Eles baseiam-se em dados estatísticos produzidos, respectivamente, em 1907 e 1920. Tais dados, elaborados pelo Centro Industrial do Brasil, versam sobre os números dos estabelecimentos industriais e os anos em que surgiram. Argumentam, entretanto, se tratar de dados incompletos, pois não incorporam as pesquisas entre os referidos anos, e sim as realizadas apenas naqueles anos, o que impede o acesso às informações entre um período de treze anos.

Entretanto, o censo a que nos referimos sobrestima o que ocorreu durante o período da guerra e subestima o que ocorreu em anos anteriores. O trabalho de Richard Graham, a partir de dados relativos à importação de bens de capital da Grã Bretanha, mostra a evolução da diversificação das importações brasileira, as quais passaram a significar 41,7% do total entre 1905-9, enquanto os de tecidos caíram de 72,5% em 1850-54 para 35,8% em 1905-9 (MARTINS, 1979).

² Ver MARTINS, José de Souza. O Conde Matarazzo - o empresário e a empresa: estudo de sociologia do desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 1976; e, O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 1979.

Em busca das raízes da concentração industrial em São Paulo, Wilson Cano³ defende o uso do conceito de “complexo cafeeiro”. Critica, também, a ideia de monocultura cafeeira latifundiária por compreender que, no período em questão, o Brasil já apresentava economia capitalista com avançado grau de inter-relações setoriais diante de uma diversificada estrutura de poder.

O autor analisa a formação do complexo cafeeiro paulista e seus aspectos escravista e capitalista; os mecanismos do crescimento industrial e seus principais condicionantes; e as principais mudanças na estrutura produtiva. Faz rigorosa análise das condições que viabilizaram solucionar a questão da mão-de-obra por meio do trabalho assalariado. Destaca fatos e transformações que ocorreram na base produtiva, na infraestrutura (portos e ferrovias) e na superestrutura (instituições que compõem a sociedade e que desempenham papel vital na criação da consciência coletiva) do Brasil entre as duas últimas décadas do século XIX e os trinta primeiros anos do século XX. Por meio de severa abordagem de cada um dos eventos considerados importantes para entender a industrialização paulista, o autor oferece uma visão totalizada do processo em questão e contribui para desvendar as causas dos desequilíbrios regionais da economia brasileira.

Em pesquisa sobre a expansão urbana paulista, Maria Flora Gonçalves (1998) considera duas questões fundamentais e articuladas que se impuseram como chave explicativa da formação urbana paulista e do papel histórico assumido pelo estado de São Paulo no desenvolvimento econômico nacional. A primeira é a relação entre a cidade de São Paulo e a rede urbana que se configurava a partir dela; a segunda implica avaliar o papel estratégico do desenvolvimento urbano na passagem da economia cafeeira para industrial.

A autora atenta para as distintas urbanizações surgidas a partir das estruturas produtivas (cafeeira e industrial) que viabilizaram a reprodução do capital e, concomitantemente, do trabalhador. Isso permitiu uma rica rede urbana de que a cidade de São Paulo foi pólo aglutinador. Para ela, o complexo cafeeiro foi responsável pela composição urbana das cidades em que a cultura cafeeira se expandia e onde os barões do café exerciam sua hegemonia política e cultural. Isso fica mais claro nas palavras de Brandão:

³ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1976. Ver também: CANO, Wilson. *Base e superestrutura em São Paulo: 1886-1929*. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Perez da. (Org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 235-254.

A reprodução ampliada do complexo cafeeiro paulista estruturará um “novo urbano” no estado e no país. Essa reprodução exigirá um segmento urbano para sua ampliação e diversificação. O café plantará cidades. Novas funções urbanas serão impostas pela acumulação cafeeira, que possuía múltiplas faces: café, ferrovias, bancos, comércio, infra-estrutura etc. Todas essas faces serão sintetizadas no espaço urbano, cada vez mais diferenciado e dinâmico (BRANDÃO, 2007, p. 109).

Outro campo de análise da industrialização brasileira a partir da experiência paulista está na difusão da habilidade empresarial e tem seu ponto de partida no trabalho de Fernando Henrique Cardoso (1964). O autor analisa os fundamentos históricos e sociais da consciência empresarial relativa à industrialização. Sua questão básica é compreender como uma economia agrícola, exportadora e escravista, muda para uma economia industrial alicerçada no trabalho livre? A partir desse problema, procura desvendar as relações de produção que determinaram a consciência do burguês industrial e a transição histórica em que se dá o processo em questão.

José de Souza Martins (1976), também tributário da corrente que atribui a industrialização paulista à habilidade empresarial, preocupa-se em desvendar as características institucionais da gênese da industrialização em São Paulo a partir da investigação sobre a origem e as transformações do grupo Matarazzo. Para ele, o caso Matarazzo, na sua origem e nos principais desdobramentos, só pode ser compreendido à luz das mudanças históricas vividas pelo conjunto do país, pois seu reconhecimento elucida os acontecimentos no interior de cada grupo e vice e versa.

O autor considera a supressão do trabalho escravo e a chegada dos imigrantes estrangeiros condições fundamentais para a consolidação da indústria e, conseqüentemente, para a formação da classe operária paulista. Acentua que a liberação do capital oriundo do fim do trabalho compulsório, além de trazer à tona um novo agente social (o empresário habilidoso), germinou o terreno para uma combativa classe operária, que mostraria sua força a partir das primeiras décadas do século XX.

Tributário da tradição clássica marxista de interpretação do Brasil que concebeu a formação do país desde o início no contexto da expansão do capitalismo comercial europeu, o sociólogo Francisco Oliveira contesta a tese de viés estruturalista que compreende a industrialização brasileira como resultado da substituição de importações e de que o desenvolvimento do capital e sua valorização se realizariam no mercado com a dinâmica dos preços. Nesse sentido, a tese de substituição por exportações entendeu a industrialização brasileira pautada nas necessidades de consumo, e não nas necessidades de produção (OLIVEIRA, 2003).

Francisco Oliveira pontua que a expansão capitalista no Brasil se efetiva por meio da introdução de novas relações nas formas arcaicas de produção, e, ao mesmo tempo, reproduzindo o arcaico por meio dessas novas relações, produzindo desta forma um processo de desenvolvimento desigual e combinado.

No que se refere à questão das classes sociais, a análise de Francisco Oliveira introduz no debate sobre a expansão do capitalismo no Brasil os atores sociais e seus respectivos campos políticos ideológicos e situa o processo da chamada Revolução de 1930, como um dos “novos” elementos de reprodução da arcaica estrutura de poder do Estado brasileiro, ou seja, as novas formas de reprodução capitalista exigiam também modernas formas de relacionamentos entre o capital X trabalho, somente possível com um viés mais moderno do Estado, mesmo que oriundo das oligarquias históricas que operam o país desde os primórdios da colonização. Foi desta forma, pois, que de acordo com o autor em questão, o Brasil introduziu as bases econômicas e materiais da industrialização (fixação do salário mínimo e a formação do programa de produção de bem de consumo duráveis e de capital) e rumou para a modernização capitalista (OLIVEIRA, 2003).

Embora a abordagem teórica metodológica de Palmira Teixeira Petratti (1990) não esteja no campo que considera a habilidade empresarial entre as causas da industrialização, a temática por ela trabalhada exige um apontamento sobre sua pesquisa. Sua obra discute a trajetória do empresário progressista do setor têxtil Jorge Street, o qual, mesmo sensível às reivindicações do proletariado, foi rotulado de “simples burguês” pela imprensa operária da época e considerado socialista utópico por seus pares da FIESP. Defendia o direito de greve e chegou a idealizar e construir para seus funcionários a Vila Operária Maria Zélia (modelar para época) a qual, em 1917, já contava com creches, jardim da infância, escolas primárias, farmácias e armazém.

Estudos mais recentes sobre a temática da industrialização paulista, datados do final da década de setenta do século passado, passaram a dar ênfase a aspectos até então pouco ou nada explorados, tais como as relações dos agentes, sujeitos e atores nos lugares da produção e da reprodução da força de trabalho. Essa nova abordagem não desconsidera a rica produção sobre a temática da industrialização paulista e brasileira. Ao contrário, parte dela para caracterizar os antecedentes, as contradições e as condições do processo de industrialização do país: pensa e acopla aspectos da vida cotidiana ao espaço da reprodução da força de trabalho e, assim, os compreende a partir dos postos que determinados atores e sujeitos ocuparam e ocupam no espaço da produção⁴.

⁴ A questão do cotidiano aparece entre as preocupações das ciências sociais a partir do Pós Segunda Guerra Mundial, por meio das reflexões de Henri Lefèbvre sobre a necessidade de se mudar o modo de vida para evitar tragédias como as recentemente ocorridas.

Vale lembrar que o surgimento dessa corrente não implica no desaparecimento dos debates e trabalhos sobre as origens e condições do processo de industrialização brasileira. Na história, afinal, não existem verdades eternas e, certamente, novas pesquisas e debates em desenvolvimentos têm trazido e trarão questões ainda não abordadas pelos “*demiurgos*” do Brasil e seus discípulos.

José de Souza Martins (1992), por exemplo, mostra a vida cotidiana e a memória do/no subúrbio das cidades de São Paulo e São Caetano do Sul, do fim do Império ao fim da Primeira República. O autor expõe dramas da vida cotidiana da classe trabalhadora, produzidas no espaço da produção e expostas nos espaços da reprodução da classe operária, ou seja, o subúrbio.

Maria Auxiliadora Guzzo de Decca (1987) também contribuiu para o conhecimento das condições concretas de existência dos trabalhadores fora da esfera de produção em período e local determinados. Apreende, em sua pesquisa, como a vida operária em vários de seus aspectos se constituiu a partir da prática de diferentes agentes históricos e grupos sociais na capital do Estado de São Paulo.

Raquel Rolnik (1994) nos apresenta uma São Paulo do início do século XX como uma cidade de fronteiras abertas, palco que se preparava para ser território sob o domínio do capital. Acentua que em menos de trinta anos a cidade passou por mudanças radicais em sua configuração produtiva, que a transformaram no centro dinâmico do país. A autora explora as tentativas de reprodução e negação das relações sociais, impostas nos locais de trabalho, nas residências e bairros populares. Para ela, a ocupação do espaço urbano da cidade de São Paulo está associada ao processo de substituição da mão-de-obra, transição para o trabalho assalariado e valorização/especulação dos espaços da cidade. Nesse sentido, identifica os espaços dos cortiços como moradias fora da ordem, lugares do perigo e da sociabilidade entre os iguais, em contraposição àqueles lugares, a autora situa a cidadela, espaço de moradia operária, controlada pelos industriais, onde a vida social era largamente controlada.

Margarida Maria de Andrade (2004) analisa a vida de bairro na cidade de São Paulo do início do século XX a partir dos processos de industrialização e urbanização. Considera a imigração europeia e a liberação do trabalho compulsório como os eventos responsáveis pela configuração territorial urbana da metrópole em construção, pois, nos primórdios da industrialização, a cidade de São Paulo correspondia a um conjunto de bairros industriais e operários, núcleos de vida urbana, aglutinando a maior parcela da força de trabalho para leste do rio Tamanduatei (Belenzinho, Brás, Mooca e Pari) e caracterizando a ocupação de sua região mais densamente povoada. A autora, entretanto, não renuncia ao fato de que as

transformações na cidade de São Paulo, iniciadas nas últimas décadas do século XIX, tiveram suas raízes em modificações profundas na sociedade brasileira e no movimento cujo componente urbano-industrial agrega-se à característica agrária exportadora da economia brasileira, que teve como base a produção cafeeira (CANO, 1976).

Manoela Rossinetti Rufinoni (2004), fora dos campos que abordam a temática em questão sobre os prismas do espaço da produção, da reprodução ou dos que mergulham nas origens do processo de formação do parque industrial paulista, procura evidenciar a importância histórica cultural do complexo urbano da cidade de São Paulo a partir de estudo do patrimônio arquitetônico industrial do bairro da Mooca. Para tanto, traça um panorama do desenvolvimento industrial no período entre o final do século XIX e início do XX, e suas repercussões na arquitetura e na configuração urbana da região abordada. Identifica e analisa os conjuntos industriais mais significativos e ressalta as especificidades da organização dos espaços, das soluções técnicas e arquitetônicas empregadas da inserção no tecido urbano contemporâneo e de sua condição de referência para a memória local.

Maria Alice Rosa Ribeiro (1981) propõe a discussão sobre a industrialização paulista à margem do debate por ela chamado de “furtadiano”, por versar sobre as origens do capital e das políticas econômicas de valorização cambial e tributária do café. Recupera as condições de implantação das primeiras fábricas de tecidos de algodão em São Paulo e analisa, por meio de informações estatísticas, as características estruturais que explicam a acumulação de capital no interior do setor algodoeiro. A década de 1920 é abordada à luz da crise econômica, das condições de trabalho e do movimento operário enquanto classe, o qual resultou em ações de controle, repressão e legislação para conter tais práticas.

Outro campo abordado por pesquisadores que discutiram a industrialização paulista foi a dinâmica da interiorização industrial do estado de São Paulo. Trata-se de processo semelhante e, em alguns casos, concomitante ao do processo resultante da industrialização da capital paulista, pois, teve como base, atividades oriundas do setor primário da economia.

Nesse sentido, Nanci Marti Chiovitti (2003) analisou, em sua dissertação de mestrado, as feiras anuais em Sorocaba, que atraíam tropeiros da região sul do país. Eles comercializavam suas tropas de bestas com paulistas, mineiros, cariocas e baianos. Durante as feiras, a cidade era contemplada com intensas atividades culturais, de lazer e, principalmente, comerciais. A partir da segunda metade do século XIX, a economia da cidade se diversificou devido ao crescimento da produção do algodão, o que levou, como uma de suas consequências, à instalação da ferrovia, em 1875. A partir desse momento, a cidade adquiriu melhoramentos urbanos, e a elite local passou a operar no sentido de

superar a fase das Feiras de Muarens como principal evento econômico, apostando no progresso industrial e no saneamento do município.

Foi por meio de pesquisas realizadas em jornais de Sorocaba que Adalberto Coutinho de Araújo Neto (2005) nos apresentou uma Sorocaba operária do início do século XX. A industrialização é por ele compreendida como processo que faz a economia girar em torno de uma grande diversidade de ramos de produção, bens de capitais e produtos da indústria pesada. Para ele, o surgimento de fábricas de grande porte, mas de um mesmo ramo, não indica um processo de industrialização. Mesmo não considerando como industrialização as transformações ocorridas na cidade no período em questão, o autor se empenha em mostrar as fábricas vivas, com operários atuantes na trama da vida social e nos conflitos sociais e econômicos.

Em obra sobre a história urbana das cidades de São Paulo, Itu, Sorocaba e Santos, Nestor Goulart Reis Filho (1994) demonstra que a industrialização paulista tem como ponto de partida, durante a segunda metade do século XIX, as fábricas de algodão e tecidos. O autor destaca o papel desempenhado pelas regiões de Itu e Sorocaba nesse processo e afirma que a primeira tentativa de instalar uma fábrica de tecidos utilizando energia a vapor foi em Sorocaba, em 1851, e a primeira fábrica a alcançar resultados positivos foi fundada em Itu, em 1869.

Pedro Geraldo Tosi (2003) aborda questões relacionadas à história da indústria coureiro calçadistas em Franca. Tem, entre outros, o objetivo de compreender a dinâmica daquela região e as condições que possibilitaram a emergência desta atividade industrial na cidade de Franca. Para tanto, utilizou documentos e estudos econômicos entre o período de 1860 a 1945, tais como jornais da época, boletins de empresas e sindicatos e depoimentos de trabalhadores do setor.

Por fim, a análise de João Miguel Teixeira de Godoy (1996) trata do processo de construção do poder empresarial no interior dos estabelecimentos fabris e a relação entre o sistema fabril e a autoridade empresarial na primeira metade do século XX em São Paulo. Analisa em que circunstâncias e condições os proprietários e os responsáveis pela montagem e financiamento dos estabelecimentos de grande porte resolveram o repetido problema da obtenção de obediência e empenho no trabalho de pessoas que, embora dependentes deles, muitas vezes os odiavam. Para o autor, este processo gerou fábricas nos moldes manchesterianos e, posteriormente, fordistas, com os correspondentes padrões de uso e controle da força de trabalho e a remodelação da dinâmica das relações de trabalho, dominação e resistência.

Quanto às origens dos estabelecimentos industriais no Estado de São Paulo, o autor corrobora a compreensão da maioria dos estudiosos da industrialização brasileira e considera o complexo cafeeiro como o responsável pelo surgimento de vários estabelecimentos industriais de pequeno, médio e grande porte em São Paulo, Sorocaba, Salto, Itu, Campinas, Jundiaí, entre outras cidades.

Ao longo desta reflexão trouxemos à luz algumas abordagens sobre a industrialização paulista. Situamos a industrialização em questão como ponto de partida para a industrialização brasileira. Fizemos um esforço para deixar claros os eventos externos e internos que influíram no processo, bem como as contradições que surgiram no desenrolar do mesmo, tal como a questão da mão de obra. Acreditamos que para estudar o Brasil por meio das diferentes temáticas possíveis faz-se necessário partir dos *demiugos* do Brasil, pois é no passado colonial que encontramos as determinantes das estruturas e superestruturas que configuram a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Margarida Maria de. *Industrialização, urbanização e vida de bairro na São Paulo além - Tamanduateí*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. (Orgs.) *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 171-192.

BOITO Jr., Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2006.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1976.

_____. *Base e superestrutura em São Paulo: 1886-1929*. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Perez da. (Org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 235-254.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

CASTRO, Antônio Barros de. *7 ensaios sobre a economia brasileira, vol. II*: Rio de Janeiro: Forense, 1971, p.103-164.

CHIOVITTI, Nanci Marti. *O discurso do progresso: Sorocaba e o fim da Feira de Muare (1850-1900)*. Dissertação [Mestrado], Instituto de Filosofia Ciências Humanas (IFCH), UNICAMP, Campinas, SP, 2003.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. Tradução de Octávio Mendes Cajado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo. 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Editora Globo, 2007.

- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Dominus Editora, 1965.
- _____. *Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Zahar editores, 1974.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- GODOY, João Miguel Teixeira. *Sistema fabril e autoridade empresarial (São Paulo - primeira metade do século XX)*. Dissertação [Mestrado], Faculdade Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH), USP, São Paulo, 1996.
- GONÇALVES, Maria Flora. *Engrenagens da locomotiva: ensaio sobre a expansão urbana paulista*. Campinas: Instituto de Filosofia Ciências Humanas (IFCH) UNICAMP, 1998. 339p. Tese de doutorado, Programa de Pós Graduação em Sociologia. Campinas, SP, 18/12/1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- LEFÈBVRE, Henri. *La vie quotidienne dans le monde moderne*. Paris: Gallimard, 1968.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.
- MARTINS, José de Souza. *O Conde Matarazzo - o empresário e a empresa: estudo de sociologia do desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- _____. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. *Subúrbio. Vida cotidiana e história do subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo, Hucitec, Prefeitura do Município de São Caetano, 1992.
- NETO, Adalberto Coutinho de Araújo. *Sorocaba operária: ensaio sobre o início do movimento operário em Sorocaba, 1897-1920*. Sorocaba-SP: Creart, 2005.
- NOVAES, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PETRATTI, Palmira Teixeira. *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 8ª edição. São Paulo: Civilização Brasileira, 1965
- _____. *História econômica do Brasil*. 5ª edição. São Paulo: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 6ª edição. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *A cidade de São Paulo e outras cidades*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. São Paulo: Hucitec, 1988. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- ROLNIK, Raquel. *São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política*. In: KOWARICK, Lúcio (Org.) *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 95-110.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo: o bairro da Mooca*. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Arquitetura da USP (FAU-USP). São Paulo, 2004.

SIMONSEN, Roberto C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.

TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais no interior. Franca e a história da indústria coureiro calçadista (1860-1945)*. Franca, SP: Série (Dissertações e Teses, n.7), 2003.

Recebido em: 06/08/2012

Aceito para publicação em: 13/05/2013